Proc. TC-016.705/2011-4
Tomada de Contas Especial

Parecer

No plano de trabalho aprovado no Convênio n.º 957/2005, firmado entre o Ministério da Saúde e o Município de Serrano do Maranhão/MA com o objetivo de fortalecer o Sistema Único de Saúde, consta como objeto a aquisição de dois veículos com as seguintes características básicas e valores (peça 1, p. 64, 70 e 76/89):

Veículos	Valores (R\$)
Automóvel de fabricação nacional, tipo furgão, adaptado para ambulância simples tipo B, com os equipamentos indicados	86.300,00
Automóvel de fabricação nacional, 1.0, 2 portas, para 5 passageiros	21.700,00
Total	108.000,00

2. Do total dos valores previstos no convênio, foram transferidos R\$ 100.000,00 (92,59%) em 09.05.2006 como participação de recursos federais, e R\$ 8.000,00 (7,41%) em 18.05.2006 a título de contrapartida municipal (peça 1, p. 296).

3. Por sua vez, a prestação de contas apresentada pelo Senhor Leocádio Olímpio Rodrigues, na qualidade de gestor municipal signatário do convênio, indica as seguintes despesas realizadas com os recursos totais do ajuste (Relação de Bens Adquiridos, Produzidos ou Construídos; peça 1, p. 290):

Discriminação	Valores (R\$)
Veículo Fiat Ducato Cargo, zero km, modelo/fabricação 2006	63.996,00
Adaptação p/ ambulância tipo B (com as características indicadas)	44.004,00
Total	108.000,00

4. De início, a partir dos elementos acima extraídos dos autos, verifica-se que o objeto original do Convênio n.º 957/2007 previu a aquisição de dois veículos para atendimento ao sistema de saúde municipal, sendo que no primeiro deles, do tipo furgão, estava prevista a sua adaptação para servir como ambulância, no caso com as características do tipo B. O valor total da aquisição e adaptação desse veículo foi estimado em R\$ 86.300,00.

5. Entretanto, no processo licitatório realizado pelo Município (peça 1, p. 290 e 306/324), a compra do veículo tipo furgão (Fiat Ducato Cargo) foi realizada pelo valor de R\$ 63.996,00 e a respectiva adaptação, por R\$ 44.004,00, consumindo-se com isso a totalidade dos recursos disponíveis (R\$ 108.000,00). Deixou-se, então, de adquirir o veículo de passeio, no valor de R\$ 21.700,00.

6. A nosso ver, a menos que se comprove que tenha havido falha na elaboração do orçamento básico das ações do plano de trabalho do convênio, o acréscimo da despesa relacionada com a aquisição do veículo furgão e respectiva adaptação para operar como ambulância constitui débito de responsabilidade do Senhor Leocádio Olímpio Rodrigues, por não ter atingido a finalidade integral do convênio, cujo cumprimento restou pendente pela falta de aquisição do segundo veículo. Portanto, as presentes considerações objetivam também esclarecer que o débito indicado na citação (peça 7) – falta de aquisição do segundo veículo (R\$ 21.700,00) – está diretamente relacionado com o acréscimo de despesa efetuado na aquisição do primeiro veículo. A propósito, no item 8, letra “b”, da peça 9, o débito está indicado erroneamente por R\$ 51.026,63, quando deveria ser de R\$ 21.700,00, mesmo valor da citação.

7. Ademais, haja vista que houve dispêndio total dos recursos federais e da contrapartida, a devolução do débito de R\$ 21.700,00 passa ser proporcionalmente distribuída nas parcelas de R\$ 20.092,03 (= 92,59% x R\$ 21.700,00) aos cofres federais e de R\$ 1.607,97 (= 7,41% x R\$ 21.700,00) ao erário municipal.

8. Diante do exposto, esta representante do Ministério Público manifesta-se de acordo com a proposta da Unidade Técnica às peças 9/11, sugerindo, todavia, ante as razões apontadas neste parecer, que o débito de responsabilidade do Senhor Leocádio Olímpio Rodrigues para com os cofres federais seja fixado em R\$ 20.092,03 à data de 09.05.2006.

Ministério Público, 23 de novembro de 2012.

Cristina Machado da Costa e Silva
Subprocuradora-Geral